



Antecipação de 13º sai em setembro e vai beneficiar 26 milhões no país

Benefício existe desde 2006 e é uma conquista das entidades de aposentados e pensionistas

A primeira parcela do 13º salário dos aposentados e pensionistas do INSS será liberada junto com os benefícios de setembro — creditados na conta bancária a partir do próximo dia 24. Serão contemplados com a antecipação cerca de 26 milhões de beneficiários em todo o país.

Os segurados que estão em auxílio-doença recebem uma parcela menor da antecipação, de acordo com o período em que estão afastados. Por lei, os segurados da Previdência Social que recebem benefícios assistenciais (Loas) não têm direito ao 13º salário.

Sem desconto

O pagamento da primeira parcela do abono não sofre desconto do Imposto de Renda, que só é cobrado em novembro e dezembro, quando será paga a segunda parcela do abono de Natal.

A antecipação do 13º salário existe desde 2006 e é resultado de uma conquista das entidades representativas de apo-



Rafael Neddermeyer/ Fotos Públicas

Antecipação é uma conquista das entidades de aposentados e pensionistas

sentados e pensionistas.

“Essa conquista é importante não só para o aposentado e pensionista, mas para o país porque injeta milhões de reais e movimentam a economia, principalmente num período de crise como o que estamos passando”, afirma o presidente do Sintapi-CUT, Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão.

O QUE FAZER

Especialistas recomendam que o dinheiro da antecipação seja usado para quitar as dívidas mais caras, como o cartão de crédito e o cheque especial. Quem estiver inadimplente, pode aproveitar a grana extra para negociar os débitos e limpar o nome. Aqueles que

estão com a vida financeira em dia podem investir o dinheiro para fazer reserva para uma emergência ou mesmo para comprar um bem à vista no futuro. Em época de juros em alta, os rendimentos estão maiores. Vale a pena investir em renda fixa, que acompanha a evolução da taxa Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

Por um sindicalismo...

- ✓ cidadão
- ✓ ético
- ✓ inovador
- ✓ tolerante
- ✓ sem preconceito

Sintapi quer discutir com a CUT um novo caminho capaz de dialogar sem autoritarismo e "hegemonismo"

O 4º Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos filiado à CUT (Sintapi-CUT) realizado em março, em São Leopoldo (RS), fortaleceu no Brasil a estratégia do Ramo de Aposentados CUTistas. Isso só foi possível pela massiva participação de suas delegações, oriundas de dez estados. Com mais de 130 congressistas, o processo foi construído e legitimado por toda a base de trabalhadores aposentados e pensionistas dos setores rurais e urbanos.

Essa estratégia nacional tem como princípio o processo de diálogo social por meio de seus sindicatos de base, constituindo um instrumento de diálogo social entre as diversas esferas de governo - federal, estadual e municipal - e a sociedade civil organizada. Nossa entidade é reconhecida em diversos conselhos e fóruns nessas esferas, representando os aposentados, pensionistas e idosos, juntamente com

demais movimentos que dialogam com este segmento da nossa sociedade.

Apesar de todo o reconhecimento externo e também da base de associados do Sintapi, pelo nosso trabalho e luta durante esses 15 anos de existência, ocorre que historicamente, e principalmente nos últimos dois mandatos da gestão da nossa Central Única dos Trabalhadores (CUT), não temos tido o apoio necessário para a construção de um debate legítimo com as entidades representantes dos trabalhadores aposentados, pensionistas e idosos na defesa pela implementação de políticas públicas, como a valorização das pensões, auxílio doença,

aposentadorias especiais, abono salarial e seguro-desemprego, etc. Hoje, na conjuntura atual, temos sofrido medidas que afetam de forma negativa direitos básicos trabalhistas, conquistados a duras penas na luta sindical.

Sintapi defende

O princípio da liberdade associativa e sindical entre as relações coletivas de ramos de trabalho, ativos ou aposentados, representando a livre manifestação de trabalhadores e trabalhadoras, coletivamente organizados na promoção e defesa de seus direitos e interesses. Princípio que possui significativa relevância no âmbito do direito coletivo caracterizado pela

relação de igualdade independente de ramo, tendo em comum os interesses do coletivo dos sujeitos envolvidos, um sindicato originado da livre e espontânea vontade da base.

Estes princípios que defendemos e praticamos são os mesmos supostamente defendidos no Estatuto da Central Única dos Trabalhadores. Infelizmente, o que vemos de concreto é que a atual gestão da CUT, no mínimo em sua maior parte, tem pouca percepção do rumo a ser tomado para atender a defesa das demandas deste ramo e construir efetivamente mobilizações em busca de melhorias nas condições dos trabalhadores e trabalhadoras aposentados,

pensionistas e idosos.

Nesta linha, na contra-mão da história, busca-se estabelecer sérias restrições à liberdade sindical e associativa, negando a ampla liberdade e pluralidade da organização. Tal aspecto denota a limitação do sistema sindical, demonstrando que internamente não se adequa de maneira plena à atual conjuntura e ao modelo buscado da tão sonhada liberdade sindical.

Intolerância

As barreiras que impedem residem basicamente na estrutura atual existente, na intolerância, na negação pela CUT ao nosso sindicato já estabelecido (o qual visa, na prática, uma política específica para este público invisível, além da manutenção dos direitos adquiridos, sem a perda dos avanços já conquistados).

Diante de tal conjuntura, coloca-se a necessidade de se abrir um novo ciclo histórico ofensivo a ser deflagrado pelo movimento sindical brasileiro CUTista. Que combata firmemente a intolerância e a invisibilidade imposta aos aposentados pensionistas e idosos. Nos últimos anos, o movimento sindical apresenta claros sinais de esgotamento de suas concepções, ideais, proposições, sonhos, esperanças, organizações, práticas e métodos de luta.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras aposentados, pensionistas e idosos, representando as mais di-

versas categorias e ramos de produção e de serviços, reunindo as mais ricas e plurais experiências de luta, aglutinando sonhos e esperanças de milhões, oriundos dos mais diversos ramos, resolvemos enfrentar os desafios presentes e futuros através da organização como um instrumento de luta.

Não significa renegar nossa história de luta e a construção da CUT, mas, sim, realizar uma síntese dessas trajetórias. Por mais que nos tratem como pessoas invisíveis, vamos continuar a contribuir para reescrevê-la, com igualdade e responsabilidade social, a favor dos que tanto trabalharam por esses ideais e hoje estão prestes a serem jogados à margem.

Diante da necessidade urgente de se redefinir uma política que atenda esta demanda sindical, o Sintapi quer discutir e propõe traçar em conjunto uma nova trajetória sindical para a conjuntura que se apresenta. O desafio é encontrar um novo caminho capaz de dialogar sem autoritarismo e “hegemonismo”.

Inclusão

Queremos uma CUT democrática, pluralista em ideias, moderna, inovadora, integradora, pacifista, um instrumento de luta dos interesses econômicos e sociais históricos e imediatos dos trabalhadores e trabalhadoras aposentados, pensionistas e idosos.

A suposta não partici-



Agência Brasil

Os idosos não são – nem podem ser – invisíveis

pação do Sintapi-CUT nos CECUTs e no 12º CONCURT como delegados e delegadas, com direito a voz e voto, é em si intolerante e preconceituosa. É uma afronta a toda a nossa história. Muitos de nós, dirigentes e militantes aposentados, pensionistas e idosos ajudamos a construir esta central sindical. Não há amparo estatutário muito menos ético e moral.

O Sintapi entende ser necessário um amplo debate e um pacto que objetive a realização de reformas democráticas em nossa central e em nosso país, visando um outro tipo de desenvolvimento sem mais prejuízo aos tra-

balhadores e trabalhadoras aposentados, pensionista e idosos. Devemos retirar as paredes existente que nos excluem e nos tornam seres invisíveis.

Desta forma, vamos continuar a combater e superar as históricas injustiças praticadas por um sistema capitalista, com promoção permanente de cidadania, eliminando a exclusão política, possibilitando uma vida digna e igualitária em direitos e deveres.

Por fim, acreditamos que ainda há tempo para permitir que a democracia CUTista seja plena. Não podemos ficar alijados do debate nos Congressos da CUT. Esse é o nosso direito! Vamos lutar por ele!

Cadastro deve aumentar arrecadação para Fundo do Idoso

A regulamentação do Cadastro dos Fundos do Idoso, assinada no dia 5 de agosto pelo ministro dos Direitos Humanos, Pepe Vargas, vai aumentar a arrecadação de recursos financeiros para o Fundo Nacional e para os fundos regionais. No ano passado, o Fundo Nacional dos Direitos do Idoso teve arrecadação de R\$ 9 milhões.

O presidente do Sintapi-CUT, Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, participou da cerimônia como representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. “Os recursos dos fundos são essenciais para a melhoria da vida das pessoas e a promoção dos direitos das pessoas idosas”, disse.

Pessoas físicas e jurídicas podem doar parte do

Imposto de Renda devido para os Fundos dos Idosos. No caso de empresas, o limite é de 1% do IR devido. Já as pessoas físicas podem destinar até 6%, desde que utilizem o modelo completo da declaração. “O Estado brasileiro está abrindo mão de parte de sua receita por considerar importante a destinação de recursos para os fundos”, disse o ministro Pepe Vargas.



Diretor do Sintapi-CUT capixaba vai para o CNPS

O Diretor do Departamento de Previdência e Conselhos de Previdência do Sintapi-CUT Gerson Maia de Carvalho (foto) foi nomeado, em 23 de julho, membro titular do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), com mandato de dois anos. O CNPS é composto por membros do governo, de entidades dos aposentados, trabalhadores e empregadores e tem como objetivo propor melhorias da gestão e política previdenciárias.

Fórum Dialoga Brasil debate Plano Plurianual 2016-2019

Entre os dias 14 e 16 de abril, representantes do Fórum Dialoga Brasil iniciaram o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019. O documento organiza a ação de governo e estabelece estratégias para o orçamento da administração pública. As propostas finais serão en-

caminhadas para apreciação no Congresso Nacional. “É muito importante a participação em todo processo, a começar das mesas de debates, para que as propostas voltadas aos aposentados, pensionistas e idosos não se percam em meio a tantas outras”, ressaltou Luizão, presidente do Sintapi-CUT.



INSS vai revisar 44.718 pensões por morte

Ao todo, serão pagos mais de R\$ 96 milhões aos beneficiários pela Previdência Social

Os 44.718 benefícios de pensão por morte concedidos de acordo com os critérios estabelecidos na Medida Provisória nº 664 foram revistos administrativamente pelo INSS. A revisão já foi processada e o pagamento com o novo valor começa a ser depositado no dia 25 de

agosto. Além da correção no valor do benefício, os pensionistas receberão também as diferenças dos meses em que o benefício foi pago com base na regra da MP nº 664. No total, serão pagos mais de R\$ 96 milhões.

As pensões indeferidas em decorrência de outros

critérios da MP, ou que ainda estão pendentes de análise no INSS, serão revistas numa próxima etapa. As informações sobre os valores da revisão (valor da renda mensal atualizada e montante de atrasados a receber) dos 44.718 beneficiários que tiveram seus benefícios revistos

pelo INSS estarão disponíveis nos extratos de pagamento. Quem teve direito à revisão também pode confirmar a informação por meio da Central de Atendimento da Previdência Social 135. Para isso, é preciso ter em mãos o CPF e o número do benefício.